

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MARIA UBETÂNIA ALVES MONTEIRO

**Proposta de Formação Continuada para os Profissionais do
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI/RN na
Modalidade a Distância**

CURITIBA

2011

MARIA UBETÂNIA ALVES MONTEIRO

**Proposta de Formação Continuada para os Profissionais do
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI/RN na
Modalidade a Distância**

Monografia apresentada a Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação a Distância.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marineli Joaquim Meier

CURITIBA

2011

Dedico esta Monografia a todas as crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, deixando de viver sua infância para estar trabalhando, quando deveriam estar estudando, brincando, vivendo essa etapa da vida sem cortes e sem recortes.

AGRADECIMENTOS

Quero deixar registrados meus agradecimentos a todos àqueles que tornaram possível a realização deste trabalho:

À Deus, a quem tudo devo e a quem tanto amo. Sempre estive ao meu lado em todos os momentos, ajudando-me a prosseguir. Quando as dificuldades do caminho surgiram, me indicou a direção a seguir a cada novo dia, me fazendo seguidora de seus passos, transformando-me e fazendo-me crescer na jornada da vida.

À minha família: meus Avós Anita Monteiro e Francisco Soares (in memoriam) que me ensinaram os verdadeiros valores da vida: amor, integridade, dignidade, respeito, aos meus filhos: César Augusto, Augusto César, Júnior e ao meu esposo Kleber companheiros de todas as horas.

Aos companheiros da SETHAS, em especial, a amiga Jeci Bulhões, as minhas inesquecíveis estagiárias da Proteção Social Especial, com quem compartilhava toda minha ansiedade e o desejo de desenvolver um projeto de capacitação a distância na minha área de atuação.

Aos Técnicos de Referência dos CRAS, Orientadores Sociais do PETI, Gestores de Assistência Social, enfim, todos os atores envolvidos neste processo, sensibilizados com a questão do enfrentamento ao trabalho infantil, com os quais pretendo partilhar o conhecimento que tive acesso ao longo do caminho percorrido na realização de meus estudos.

As tutoras, pela dedicação e profissionalismo com que desempenharam suas funções. E de maneira especial, a minha Orientadora a Prof^a. Dr^a. Marineli Joaquim Meier, pelo acompanhamento e estímulo para a realização deste trabalho. Sem esses ingredientes não teria sido possível atingir o ponto de chegada.

(...) Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a Proposta de um Curso de Formação Continuada para os Profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no Estado do Rio Grande do Norte. Considerando a necessidade de capacitação dos referidos profissionais, com foco em educação continuada, utilizando a metodologia de Educação à Distância, buscando com baixo custo e agilidade resgatar, valorizar e desenvolver os profissionais diretamente ou indiretamente participantes do Programa e, conseqüentemente, a melhoria do atendimento as crianças e adolescentes retiradas do trabalho infantil. Mas, a EAD não se restringe apenas a essa possibilidade, ela permitirá alcançar os municípios e sistematizar o conhecimento sobre o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no âmbito estadual. Seguindo as diretrizes e orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. A proposta também irá trazer resultados positivos para o Estado (redução de custos, ampliação do número de oportunidades de capacitação, atualização rápida do conhecimento, etc)

Palavras-chave – Formação continuada, Educação a distância, Trabalho Infantil

ABSTRACT

This work aims at presenting the proposal for a course of ongoing formation for professionals in the programme for the eradication of child labour – PETI in the State of Rio Grande do Norte. Considering the need for training of these professionals, with a focus on continuing education, using distance education methodology, seeking with low cost and agility rescue, enhance and develop the professionals directly or indirectly participating in the program and, consequently, the improvement of care the children withdrawn from child labour. But, the EAD is not restricted only to that possibility, it will achieve the municipalities and systematize the knowledge about the unique system of Social Assistance-ITS under State. By following the guidelines and guidance of the Ministry of Social development and Fight hunger-MDS. The proposal will also bring positive results for the State (reduced costs, expansion of t. ...

Word Key - Continuing education, distance education, child labour.

LISTA DE SIGLAS

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

NOB - Norma Operacional Básica

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

PBF – Programa Bolsa Família

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SISPETI – Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

SETHAS – Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SICON – Sistema de Acompanhamento de Condicionalidades do Programa Bolsa Família

SIBEC – Sistema de Benefícios ao Cidadão

CadÚnico – Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal

NIS – Número de Identificação Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CIB – Comissão Intergestores Bipartite

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

OIT – Organização Internacional do Trabalho

EGRN – Escola de Governo do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO.....	10
---------------------------	-----------

1.1 OBJETIVOS.....	14
---------------------------	-----------

2.1 Objetivo Geral.....	14
-------------------------	----

CAPÍTULO 2

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
-------------------------------------	-----------

2.1 Curso à Distância: Desafios e Possibilidades.....	15
---	----

CAPÍTULO 3

3. IMPLEMENTANDO O SUAS, ATRAVÉS DA EAD.....	19
---	-----------

CAPÍTULO 4

4. METODOLOGIA.....	21
----------------------------	-----------

CAPÍTULO 5

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	25
--	-----------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
--	-----------

APÊNDICE.....	30
----------------------	-----------

GUIA DIDÁTICO.....	31
---------------------------	-----------

1.APRESENTAÇÃO.....	32
---------------------	----

2.OBJETIVOS.....	34
------------------	----

3.IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	33
---------------------------------	----

4.ESTRUTURA DO CURSO.....	28
---------------------------	----

5.EMENTA DO CURSO.....	04
------------------------	----

6.PROGRAMA DO CURSO.....	05
--------------------------	----

7. CONCEPÇÕES NORTEADORAS.....	49
--------------------------------	----

8.SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....	51
-----------------------------	----

1. INTRODUÇÃO

O combate ao trabalho infantil é uma questão de direitos humanos, que tem como arcabouço jurídico a Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XIII, que proíbe todo e qualquer tipo de trabalho aos menores de 16 anos, exceto aqueles em condição de aprendiz, a partir de 14 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, reitera essa proibição no seu art. 60.

“Segundo (AZEVEDO E GUERRA, 2000) as famílias pobres, exploradas, buscam sobreviver na desigualdade, por meio do trabalho. O trabalho da criança e do adolescente se constitui como um dos recursos que as famílias pobres utilizam para aumentar sua renda é um mecanismo social para enfrentar emergências e situações de agravamento da subsistência. Isso acontece, por exemplo, em caso de invalidez, acidentes, separação, desemprego e doença. Essas situações devem ser entendidas não como resultantes de dramas ou histórias isoladas e individuais das famílias pobres, mas como parte da história social de exploração.”

Na verdade, a questão do trabalho infantil é bastante complexa. O problema está associado, embora não esteja restrito, à pobreza, à desigualdade e à exclusão social existentes no Brasil, a outros fatores de natureza cultural, econômica e de organização social da produção, que também, respondem pelo seu agravamento.

Há de forma, regionalmente diferenciada no país, uma cultura de valorização do trabalho que insere crianças na força de trabalho com o objetivo de retirá-las do ócio e da possível delinquência. Por outro lado, existem fatores vinculados a formas tradicionais e familiares de organização econômica, em especial, na pequena produção agrícola que mobilizam o trabalho infantil. Ademais, as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho urbano influenciam sobremodo a participação das crianças na força de trabalho que, a despeito dos direitos que lhes asseguram o ordenamento jurídico, elas continuam à margem da rede de proteção, quer na esfera dos direitos humanos, quer na esfera social e trabalhista.

Porém, o Brasil enquanto signatário das Convenções 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a idade mínima para admissão ao emprego, e a 182, sobre as piores formas de trabalho infantil, obriga-se, por consequência, ao cumprimento de suas várias disposições.

O artigo 1º da convenção 138 prescreve que todo país-membro compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a abolição efetiva do trabalho de crianças. O art. 6º da Convenção 182, no seu parágrafo 1º determina que todo país membro elaborará e desenvolverá programas para eliminar, com prioridade, as piores formas de trabalho infantil.

Assumindo esses compromissos, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE instituiu a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI, criada através da portaria nº 365, de 12 de setembro de 2002, essa comissão tem como principal atribuição, entre outras, o acompanhamento da execução do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil por ela elaborado em 2003.

É importante destacar que a leitura crítica do fenômeno em questão, permitiu que no final de 1994 fosse instalado no Brasil, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI, reunindo segmentos da sociedade civil, Legislativo e Judiciário, sob a coordenação do Ministério do Trabalho com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e da Organização Internacional do Trabalho – OIT. A partir da experiência de articulação promovida por este Fórum e de sua orientação, na definição de ações voltadas a erradicação do trabalho infantil, surge o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no ano de 1996, lançado oficialmente no Estado de Mato Grosso do Sul, expandido em 1998 para os Estados de Sergipe e Rondônia. Em 1999 o Programa foi implantado para outros Estados, entre eles, o Rio Grande do Norte.

Concebido pela Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS do Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS, o PETI, veio ao encontro da necessidade de redução do trabalho infantil precoce, atendendo a Convenção 182 da OIT e a portaria nº 20, de 13 de setembro de 2001 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social (ações socioassistenciais), entre eles o PETI, devem ser regulados e organizados no modelo de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tendo como foco prioritário as famílias, seus membros e indivíduos e o território, como base de organização que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

No Rio Grande do Norte, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, inicialmente, foi implantado nos municípios de Jardim de Piranhas, Lagoa D'anta e Tenente Laurentino Cruz, em razão de denúncias sobre a exploração da mão de obra infantil, em Casas de Farinha, Tecelagem, Cerâmica, Fruticultura, Pesca, Olaria, Tecelagem, Sisal, Carvoaria,

Fogos de Artifício, Plantação de Melão, Frigorífico, Colheita de Algodão, Salinas, Lixão e Reciclagem do Lixo, em 2000, o Programa em tela, se expandiu para mais dezenove municípios. Atualmente, 162 municípios do RN são contemplados com o PETI, atendendo 36.390 crianças/adolescentes e beneficiando aproximadamente 27.000 famílias.

Em consonância com as diretrizes do PETI, este Programa deve contar com equipes técnicas multidisciplinares, compostas por Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos e outros profissionais, no fortalecimento dos serviços a serem ofertados. Em razão de suas atribuições e demandas, essas equipes devem ser capacitadas em âmbito municipal e estadual.

Em razão de tais desafios, se faz necessário que os profissionais de referência dos CRAS, desenvolvam competências necessárias para assessorar os Orientadores Sociais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, de modo que venham a ser, eles também, agentes nesse combate. O propósito é permitir que esses atores, conhecendo a problemática em profundidade – origens, dimensão, efeitos, mitos, legislação etc. – se apropriem de competências teórico/metodológica para analisar a natureza do problema local, e desenvolverem ações socioeducativas capazes de contribuir para a erradicação do trabalho infantil em âmbito municipal.

Sob essa perspectiva, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, elaborou, em parceria com Estados e municípios, novas Diretrizes Operacionais e Metodológicas para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, as quais, trazem novos desafios para os profissionais de referência do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, na execução dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ofertados nos núcleos para crianças/adolescentes retiradas do trabalho.

Face ao exposto, se entende que o desempenho profissional do Assistente Social e/ou Psicólogo do CRAS, em relação ao PETI, se constitui como elemento determinante para o desenvolvimento de uma gestão integrada capaz de disseminar novas práticas na oferta dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Dada a relevância de tais pressupostos, dentre outros, justifica-se a escolha do tema de estudo desta monografia.

Isto posto, a seleção do tema expressa, sobretudo, a nossa pretensão em capacitar os técnicos de referência dos CRAS, os Orientadores Sociais e Facilitadores de oficina de todo o Estado do Rio Grande do Norte, para que estes, se apropriem das novas Orientações Técnicas e Metodológicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, tendo em vista suas atribuições junto ao enfrentamento ao trabalho infantil. Tais responsabilidades se tornam desafiantes, pois se trata de promover a qualificação dos operadores do Programa, no sentido

de aperfeiçoar os serviços socioassistenciais ofertados as crianças/adolescentes, retiradas do trabalho e beneficiárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Nessa perspectiva, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH (2006), a qualidade dos serviços Socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos operadores atuantes no SUAS. Neste contexto, justifica-se a proposta de realização de um Projeto de Curso de Capacitação a distância para a equipe de referência do CRAS, Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficina.

Assim sendo, compreende-se que a capacitação dos referidos profissionais, deve ser fundamentada na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, especificamente, nas Diretrizes Operacionais e Metodológicas do PETI, estabelecidas pelo MDS enquanto eixo estruturante do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Desse modo, pretende-se realizar a proposta de capacitação na modalidade à distância, para atingir os 100% dos municípios do Estado, com a finalidade de possibilitar uma visão integral e atualizada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, beneficiando todos os Assistentes Sociais e Psicólogos dos CRAS, Orientadores e Facilitadores. Nossa pretensão é que o curso em referência forneça subsídios para formação e informação dos atores sociais envolvidos com o enfrentamento ao trabalho infantil no que se refere às questões relativas ao processo de planejamento, monitoramento e avaliação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos ofertados pelo CRAS.

Diante do exposto, os dados mostram que a monografia em tela, assume significativa relevância e impacto social para política de combate ao trabalho infantil, na medida em que se propõe a responder as demandas de capacitação a serem apontadas pelos atores sociais envolvidos com a citada política, tornando-os aptos para enfrentarem as complexas e múltiplas representações da questão social do trabalho infantil no Rio Grande do Norte.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Elaborar uma proposta de capacitação dos profissionais envolvidos com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI na modalidade a distância.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo apresenta uma análise da produção científica sobre a relevância da EAD nas instituições públicas, tendo como foco principal a Assistência Social.

2.1 CURSO À DISTÂNCIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A educação no mundo inteiro está passando por um processo de transformação. De acordo com pesquisas, o adulto profissional deverá ser o segmento de maior crescimento do mercado de educação de nível superior no século XXI. E com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) nos processos educacionais, ampliaram-se as possibilidades de aprendizagem, destacando-se os meios multimídias disponibilizados em rede, via web ou e-learning.

Na definição de Aretio (*apud* LANDIM, 1997, p.30), educação à distância é:

“Sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal, na sala de aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem independente e flexível dos alunos”.

Cada vez mais, tem sido ofertado uma variedade de cursos em EaD, em atendimento a demanda crescente de estudantes de todo o País que, por razões de ordem geográfica, temporal e ou profissional não podem realizar seus estudos no ensino regular presencial.

Em razão de tais demandas, os cursos de EaD se apresentam como uma alternativa diferenciada de construção de espaços de ensino – aprendizagem na virtualidade, alternados ou não com momentos presenciais, nos quais aluno professor e tutor interagem através de recursos tecnológicos e mídias.

Assim, considera-se que a diferença básica entre educação presencial e a distância está no fato de que nesta, o aluno constrói conhecimentos, aprende e desenvolve competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e a sua própria vida, no tempo e local que lhe são adequados, não com a ajuda de um professor em tempo integral em sala de aula, mas com a mediação de professores, tutores, atuando ora a distância, ora em presença física de virtual, com o apoio de sistemas de gestão e operacionalização específicos, além de acesso a materiais didáticos, intencionalmente, organizados e apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, veiculados através dos diversos meios de comunicação.

Nessa perspectiva, as distâncias e fronteiras são eliminadas, gerando uma enorme diversidade de arranjos e combinações.

Contudo, o importante desafio de educar-se a distância, reside, entre outros, no compromisso ético daqueles e/ou daquelas instituições em desenvolver um projeto humanizador, capaz de eliminar a massificação do cidadão, mesmo quando é dirigido a numerosos contingentes.

Por essa via, é preciso superar a racionalidade tecnológica que valoriza os meios em detrimento dos fins e ter como foco a aprendizagem do aluno.

Todavia, para que isso ocorra, torna-se imprescindível o domínio das linguagens tecnológicas à disposição da EaD e abertura total para a mudança de modelos “presenciais” no que tange aos aspectos pedagógicos, culturais, operacionais, financeiros, de gestão e de formação dos profissionais envolvidos com o planejamento e implementação dos cursos a distância.

No atual momento histórico, a sociedade globalizada está cada vez mais exigente quanto aos resultados educacionais. A inovação dos mecanismos de gestão, a dinamização curricular, são algumas das demandas sobre as instituições, exigindo destas, mudanças de posturas e práticas, orientados pela dinâmica, pela tecnologia, conhecimento e pela agregação de novos valores.

Por essa ótica, o estabelecimento de redes e de parcerias passa a se constituir como uma necessidade das organizações educacionais, visto que, isolados não sobrevivem, num mundo globalizado.

A sinergia é um elemento importante para o desenvolvimento. É difícil manter o entusiasmo sozinho: é preciso conversar, trocar idéias e construir, em conjunto, condições para que a formação profissional atenda as exigências de um mundo em constante transformação.

Isso posto, a idéia de rede tem como pano de fundo a compreensão da realidade como um sistema, no qual todos os elementos são interligados, de maneira que o que acontece em um elemento do sistema, afeta a todos os elementos que o compõem.

Trata-se pois, de uma concepção maior e mais profunda que emana de um novo paradigma – uma nova concepção de mundo, uma nova epistemologia pela qual se compreende a realidade e se age sobre ela.

Portanto, diz respeito a um novo norteamento de ações que se traduz em todos os âmbitos e áreas de atuação. Através dele, na EaD busca-se maior eficácia e eficiência em

ações, sobretudo, a modificação de práticas transformadoras das instituições, de modo a tornarem-se mais plenas e autênticas no empreendimento humano que desenvolvem.

Conforme se pode constatar, há uma forte tendência sinalizando para o crescimento cada vez mais rápido da educação à distância em todo o mundo, decorrente, das possibilidades reais das novas tecnologias da informação e das comunicações – TICs e sua inserção em todos os processos produtivos.

Com efeito, o uso das TICs, torna mais fácil e eficaz a superação das distâncias, mais intensas; efetiva a interação professor/aluno/tutor; torna mais educativo o processo de ensino – aprendizagem, mais verdadeiro e veloz a conquista da autonomia pelo aluno.

Isso indica que os cursos à distância apresentam diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens, recursos educacionais e tecnológicos.

Considerando que a educação se faz com e para pessoas, por trás de um software inteligente, de um impresso instigante, de uma página multimídia bem montada, de um vídeo motivador, existem a competência e criatividade de educadores e de outros profissionais das diferentes TICs, comprometidos com a qualidade da educação.

Nesse processo, a comunicação/interatividade entre professor e aluno se constitui como um dos pilares de sustentação da qualidade de um curso à distância. A relação entre colegas de curso, mesmo a distância, é uma prática valiosa, capaz de contribuir para evitar o isolamento e manter um processo instigante, motivador, de aprendizagem, facilitador da adoção de atitudes de respeito e de solidariedade ao outro.

Devido à pluralidade cultural e a diversidade sócio-econômica, não há um modelo de projeto de educação à distância para o Brasil, o País pode, perfeitamente, conviver com inúmeros modelos, o importante é na hora de definir a mídia, pessoas naquele que realmente chegue ao aluno onde quer que ele esteja.

Além da mobilização em torno de recursos humanos e educacionais, um curso à distância exige a montagem de uma infraestrutura compatível com a extensão territorial a ser alcançada, o que demanda um significativo investimento da instituição no tocante ao equipamento, tempo, conhecimento, cuidadosamente planejado e projetado.

Contudo, não há como desprezar ou mesmo minimizar a importância das tecnologias na educação presencial ou à distância. Nosso tempo hoje é o das crianças e jovens que nasceram, vivem e vão trabalhar numa sociedade em permanente desenvolvimento tecnológico.

Nosso espaço é o de um mundo plugado a uma rede que afeta a todos, mesmo aqueles que não estão diretamente conectados.

Isso indica que cabe ao gestor identificar, em conjunto com os profissionais da instituição, quais as áreas com maior probabilidade de sucesso para iniciar o processo de inserção das tecnologias nos cursos de sua instituição e na oferta a distância.

3. IMPLEMENTANDO O Sistema Único de Assistência Social - SUAS ATRAVÉS DA EAD.

A Educação a distância é uma estratégia da política governamental da década de noventa, e se consubstancia como uma modalidade de educação, na qual qualidade, equidade e eficiência constituem em eixos norteadores, na busca por padrões educacionais compatíveis com o direito de cada cidadão, no sentido de ver satisfeitas suas necessidades básicas de aprendizagem.

A consolidação das políticas de proteção e promoção social no marco das políticas públicas demanda um processo de capacitação que ofereça, aos profissionais da área, novos conhecimentos e instrumentos que os qualifiquem para a gestão dessas políticas em acordo com as especificidades e demandas de seus territórios e comunidades. A qualificação de agentes públicos e sociais é fundamental para a implementação de novos mecanismos de aperfeiçoamento e gestão das políticas sociais de forma a potencializar e integrar os investimentos sociais, otimizando recursos públicos e garantindo maior eficácia e efetividade à execução dessas políticas.

De modo geral, os orientadores sociais que desenvolvem ações socioeducativas para crianças e adolescentes retiradas do trabalho infantil e inseridas no PETI, necessitam de cursos de capacitação para realizar suas atribuições, vez que a complexidade da temática exige conhecimento aprofundado sobre os elementos determinantes de tal fenômeno. Porém, os citados orientadores, na sua maioria, concluíram apenas o ensino médio e não contam com equipe multidisciplinar nos municípios para orientá-los no planejamento das atividades relativas ao PETI, como determina o Manual de Orientações do Programa (2004).

A capacitação visa oferecer conhecimentos sistematizados, metodologias e ferramentas técnicas para ajudar os profissionais no desenvolvimento das atividades de implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –PETI.

Face ao novo redesenho do PETI, caberá a equipe de referência do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, composta por Assistente Social e Psicólogo, orientar o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelos Orientadores Sociais, em parceria com outras políticas e especificidades locais, dentre outros.

Pretende-se realizar uma proposta de Curso de Formação continuada para os Profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Orientadores Sociais e

Facilitadores de Oficina na modalidade à distância, haja vista, as dificuldades de ordem operacionais na execução de tal empreendimento em nível presencial.

Na verdade, o contexto sócio/político no qual se insere este projeto de pesquisa, requer profissionais competentes que viabilizem direitos sociais. É, pois, nessa direção, que a finalidade do referido Curso, pretende agregar conhecimentos e instrumentais metodológicos, técnicos e operativos que permitam intervenções compatíveis às realidades e complexidade com que se defrontam os profissionais envolvidos com o enfrentamento do trabalho infantil no seu cotidiano.

METODOLOGIA

O método a ser empregado será o de Educação à Distância (EaD), por meio da (ferramenta) Plataforma moodle da Escola de Governo do Rio Grande do Norte.

Serão utilizados diversos recursos de Tecnologia da Informação – como chats, fóruns, textos de apoio, vídeoaulas, etc. – e de ensino à distância a partir do conceito que permite que os alunos realizem o processo de formação em horários flexíveis e adequados.

O tratamento a ser dado aos conteúdos pressupõe encaminhamentos metodológicos que possibilitem a construção e o uso de conhecimentos, ao invés da mera transmissão de informações teóricas.

Nessa perspectiva, a metodologia definida, privilegiará situações concretas, de modo a valorizar os saberes dos participantes, a partir de uma visão problematizadora da realidade social de seus municípios.

Essa opção metodológica, pressupõe o trabalho com situações-problema, o que demanda a utilização de saberes dos profissionais envolvidos com a capacitação – sujeitos ativos de seu processo de formação.

Não se trata, simplesmente, de uma atitude de respeito pessoal e intelectual, mas de uma escolha metodológica coerente, na qual as diferenças no processo de construção das competências profissionais devem ser consideradas e respeitadas. Mesmo compartilhando experiências semelhantes, cada pessoa reage, segundo suas características de responsabilidade, seus recursos intelectuais, afetivos e seu estilo de aprendizagem.

Nesses termos, o trabalho coletivo e a aprendizagem em colaboração, são recursos valiosos, pois permitem que os profissionais e formadores aprendam uns com os outros, o que potencializa, mutuamente, a ação de todos para responder aos desafios relacionados à atuação profissional de cada um.

Cabe então, criar situações-problema que os confrontem com obstáculos e exijam sua superação, que propiciem o ato de refletir, experimentar, questionar, analisar, interpretar, construir hipóteses, comparar, inferir, estabelecer relações, resolver problemas, planejar, avaliar, registrar a prática, trabalhar coletivamente.

A resolução de situações-problema, enquanto dispositivo metodológico da capacitação se constitui como meio do profissional aprender a pôr em uso o que sabe e pensa para encontrar respostas adequadas – é um espaço de aplicação de conhecimentos.

Com esse entendimento, a proposta teórica – metodológica adotada no processo de operacionalização deste Projeto orienta-se por uma concepção dialógica de educação permanente.

Nessa perspectiva, a capacitação em pauta, pretende contemplar os padrões conceituais, operacionais e metodológicos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de modo que seja possível construir uma oferta de formação com qualidade, capaz de abranger as demandas e peculiaridades dos municípios, contribuindo assim, para a qualificação do trabalho dos Técnicos de Referência, Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficinas, em relação às questões socioassistenciais e as abordagens metodológicas vivenciadas no cotidiano de suas atribuições específicas.

Para essa proposta de Capacitação, será considerado o perfil da equipe envolvida no SCFV, o que irá orientar a gradação dos conteúdos a serem trabalhados, a definição de metodologias e dinâmicas dos momentos de formação.

Outros elementos norteadores da Proposta de Capacitação a distância, são os Eixos Estruturantes do SCFV para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos. Estes, se constituem como fios orientadores dos temas transversais, atividades e organização do Serviço. Os temas, presentes no território, na realidade sociocultural, e de vivência individual, social e familiar dos participantes, irão fundamentar as atividades a serem realizadas na capacitação, de forma que contemple os objetivos do Serviço e o alcance dos resultados esperados.

Para operacionalização deste Projeto, perseguem-se as seguintes etapas:

MOBILIZAÇÃO E PACTUAÇÃO – Trata-se do primeiro momento, do desenvolvimento das ações de capacitação. Estas, serão realizadas através de reuniões com os técnicos da Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE, visando sensibilizar e identificar as demandas de capacitação, bem como, o contexto situacional de implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI nos Municípios do Rio Grande do Norte.

FORMAÇÃO – Pretende-se contemplar uma dimensão ampla de conhecimentos, mediados pelos eixos estruturantes – incorporadores dos temas transversais, responsáveis pela estruturação de um processo formativo, capaz de contribuir para a apropriação crítica dos conhecimentos sociais, historicamente acumulados, sem deixar de considerar e valorizar a experiência profissional dos participantes.

Nesses termos, fica claro que a formação em serviço, implica em dialogar com os profissionais, continuamente, no seu cotidiano, refletir sobre o seu papel, problematizando sua atuação, identificando erros e falhas, para redirecionar a busca de uma nova prática, consciente e atuante, em outras palavras, implica em desconstruir, indagar, questionar e avaliar o fazer cotidiano.

1. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A apresentação dos resultados são mostrados a seguir, considerando o objetivo do estudo: a elaboração de uma proposta de curso de formação continuada para os profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, na modalidade a distância, utilizando a EaD como ferramenta de gestão estratégica para qualificar e dinamizar a organização e implementação do Programa no Rio Grande do Norte.

4.1 Quanto à análise da possibilidade de realização

Conforme já mencionado, a Secretaria de Estado do Trabalho da Habitação e da Assistência Social – SETHAS ainda não apresenta um planejamento estratégico integrado, sendo ela mesma a responsável pela elaboração de seu planejamento e tem separadamente sua identidade institucional definida com missão, visão e valores.

Cada Departamento possui também sua própria Política de Capacitação, e a Educação a Distância ainda não representa uma ferramenta educacional corporativa. A elaboração da proposta de capacitação a distância utilizando a ferramenta moodle da EGRN será o primeiro passo para a integração dessa política de formação continuada através da EaD, mesmo não estando incorporada como uma ferramenta de gestão estratégica, principalmente na questão de gestão de pessoas e desenvolvimento de competências.

Do projeto destaca-se que:

- Quanto ao investimento é importante destacar que a plataforma escolhida é gratuita (*Moodle, essa pertence a EGRN.*)
- Quanto ao tipo de programa, o Curso de Capacitação utilizar-se-á da EaD em seus diferentes formatos (tendo como foco principal o *e-learning*).
- Quanto a estrutura operacional (física e virtual), além da estrutura virtual no endereço <http://escoladegoverno.rn.gov.br>, o projeto de Capacitação em EaD da Assistência Social possui atualmente uma estrutura operacional física no Sistema Único de Assistência Social – SUAS a nível de Gestão Estadual, composta de 10 servidores, distribuídos por nível de Proteção Básica e Especial, mas insuficiente para a necessidade de alcance dos objetivos estratégicos apresentado para a realização desta proposta.
- A EaD está na estrutura do Governo do Estado, mais precisamente na Secretaria de Administração, mas ainda não está incorporada na política de recursos humanos das demais Secretarias.
- Com o Projeto da Proposta de Curso de Capacitação para os Profissionais na Modalidade EaD na área da Assistência Social, espera-se alcançar a interação da política de capacitação

das 2(duas) instituições, da EGRN e da SETHAS, no que se refere a capacitação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como preconiza a Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

· Quanto ao sistema de tutoria, a própria EGRN, oferece curso de tutor, onde os técnicos da Gestão Estadual do SUAS se capacitarão para o acompanhamento dos profissionais inscritos no curso.

4.2 Quanto ao processo de implantação de EaD na Área da Assistência Social

É uma iniciativa que vem trazendo muitas expectativas para Assistência Social (melhoria da gestão de recursos financeiros para capacitação - pela redução de custos - melhoria qualitativa das capacitações - uma vez que viabiliza o acesso direto e padronizado às informações por todos os membros da organização em prazos e custos aceitáveis à administração pública); além de ser um processo que acompanha a modernidade dos tempos e tem sua maior relevância no fato de que visa melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos servidores/empregados do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Porém, o processo de implantação ainda é visto como algo complexo, lento e dissociado de uma política de capacitação integrada. Isso ocorre devido a vários fatores: ausência de uma cultura de formação continuada dos servidores, ausência de uma cultura de planejamento, tendo como referência objetivos estratégicos, inclusive, ausência de uma política de desenvolvimento de pessoas. Assim, as ações de capacitação (até a pouco tempo ainda vistas como ações de treinamento) atendiam a demandas pontuais e fragmentadas.

A EaD é uma modalidade que ainda encontra resistência na maioria das instituições (tanto por parte de alguns servidores, quanto gestores). Alguns ainda possuem a visão da EaD como educação de segunda classe ou suplementar. Para que ocorra de fato a implantação da EaD na Área Social é necessário o efetivo envolvimento da alta administração da repartição, ou seja, ter um planejamento estratégico voltado para a capacitação do servidor em horário de expediente. Apesar das dificuldades na sua implementação, alguns acreditam que a EaD é a medida mais adequada de capacitação, interação e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Presente capítulo pretende apresentar a proposta do Curso de formação continuada para os profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI na modalidade EAD dos 162 Municípios do Rio Grande do Norte que executam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, com destaques para as peculiaridades a distância, destaco com os detalhes da proposta no apêndice deste trabalho.

O que se pretende é propiciar aos Técnicos de Referência, Orientadores Sociais e Facilitadores de oficina, o domínio das competências necessárias ao novo perfil da proposta do programa em âmbito nacional.

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), iniciou-se o processo de reordenamento da gestão da Assistência Social em todo Brasil, tendo como instrumento norteador a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), aprovada pela Resolução nº. 130, de 15 de julho de 2005.

A partir de então, os serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social, inclusive o PETI, passam a ser regulados, organizados e avaliados com base nos eixos estruturantes do SUAS. As ações da Assistência Social não se realizará mais de forma isolada, mas articulada, na perspectiva da formação de uma rede de proteção socioassistencial.

À luz desses princípios e diretrizes do SUAS elaboramos o Projeto que ora apresentamos. O nosso propósito é que sejam estabelecidos os procedimentos necessários à melhoria da gestão e operacionalização do PETI nos municípios do Rio Grande do Norte, considerando, não somente, a legislação atual e os processos operacionais já adotados, como também, a realidade concreta da oferta de assistência de cada município, apreendida por meio de experiências já vivenciadas.

Para elaboração deste Projeto, buscamos a devida orientação nos principais documentos norteadores do SUAS, a saber: Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, que acorda procedimentos para a gestão integrada dos serviços, benefícios socioassistenciais e transferências de renda para o atendimento de indivíduos e famílias beneficiárias do PBF, PETI e BPC e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, na qual, se traduz a concepção de que o enfrentamento ao trabalho infantil, na Política de Assistência Social, dar-se-á, também, por meio de Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, desenvolvidos de forma articulada entre si, criando assim uma sinergia.

Ancorado nessas fontes, dentre outras, tem-se a expectativa que o Projeto em referência, forneça subsídios para a formação continuada dos profissionais envolvidos com o Programa de Erradicação do trabalho Infantil, no que tange ao aprimoramento do referido programa no Rio Grande do Norte.

A proposta em questão se caracteriza como Curso de educação continuada extensão a ser ofertado para 100% dos municípios que tem o PETI no RN, s seguir o seu detalhamento.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

PROJETO:

- ✓ Projeto de Formação Continuada para os Profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI/RN na Modalidade à Distância

FINANCIAMENTO:

- ✓ Governo do Estado do Rio Grande do Norte

ÓRGÃO PROMOTOR:

- ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS

CURSO:

- ✓ Curso à distância para profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, em nível de formação, compreendendo uma carga horária de 45 horas/aulas destinados ao primeiro módulo e 55 horas/aula ao segundo módulo, perfazendo um total de 100 horas/aula incluindo o trabalho final do curso.

ÓRGÃO EXECUTOR:

- ✓ Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte
- ✓ Equipe Executora: serão 2(dois) Coordenadores, sendo um Coordenador geral do Curso e um Coordenador de Tutoria e 16 Tutores

CARACTERIZAÇÃO DO CURSO:

Inscrição:

- ✓ Cópia do diploma de nível médio e/ou superior
- ✓ Xerox da identidade
- ✓ Xerox do contra-cheque

PERÍODO DE DURAÇÃO:

- ✓ 3 meses

CARGA HORÁRIA:

- ✓ O Curso atingirá uma carga horária total de 100 horas

TIPO:

- ✓ Formação Continuada

ÁREA DE CONHECIMENTO:

- ✓ Assistência Social

CAMPO TEMÁTICO:

- ✓ Gestão do SUAS/Enfrentamento ao Trabalho Infantil

MODALIDADE DO CURSO:

- ✓ À distância, com acompanhamento tutorial

NÚMERO DE VAGAS:

- ✓ 1.509 para Orientadores Sociais
- ✓ 209 para Técnicos de Referência
- ✓ 162 Facilitadores de Oficina
- ✓ Total de 1.880

NÚMERO DE TURMAS:

- ✓ 16 turmas no 1º mês
- ✓ 16 turmas no 2º mês
- ✓ 15 turmas no 3º mês
- ✓ Perfazendo um total de 47 turmas de 40 alunos

PÚBLICO ALVO:

- ✓ Técnicos de Referência do CRAS, Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficina do PETI no RN

ABRANGÊNCIA:

- ✓ 100% dos Municípios que tem PETI no RN

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO:

- ✓ Para tanto, o Projeto em referência, será realizado em seis polos, quais sejam:

- **Polo I** – Grande Natal, Mato Grande e Litoral Norte
Município sede – Natal
- **Polo II** – Agreste I e II
Município sede – Natal
- **Polo III** – Trairi e Central Potengi
Município sede – Santa Cruz
- **Polo IV** – Seridó
Município sede – Caicó
- **Polo V** - Alto e Médio Oeste
Município sede – Portalegre
- **Polo VI** – Oeste e Vale do Açu
Município sede – Mossoró

CERTIFICAÇÃO:

- ✓ Certificações serão fornecidas pela Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte e SETHAS

REQUISITOS NECESSÁRIOS À CERTIFICAÇÃO:

- ✓ Ter obtido média mínima final igual ou superior a 7.0(sete)
- ✓ Ter participado de, no mínimo, 75% das atividades presenciais

A referida proposta justifica sobretudo, a nossa pretensão em capacitar os técnicos de referência dos CRAS, os Orientadores Sociais e Facilitadores de oficina de todo o Estado do Rio Grande do Norte, para que estes, se apropriem das novas Orientações Técnicas e Metodológicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, tendo em vista suas atribuições junto ao enfrentamento ao trabalho infantil. Tais responsabilidades se tornam desafiantes, pois se trata de promover a qualificação dos operadores do Programa, no sentido de aperfeiçoar os serviços socioassistenciais ofertados as crianças/adolescentes, retiradas do trabalho e beneficiárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Nessa perspectiva, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH (2006), a qualidade dos serviços Socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos operadores atuantes no SUAS. Neste contexto, justifica-se a proposta de realização de um Projeto de Curso de Capacitação a distância para a equipe de referência do CRAS, Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficina.

Assim sendo, compreende-se que a capacitação dos referidos profissionais, deve ser fundamentada na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, especificamente, nas Diretrizes Operacionais e Metodológicas do PETI, estabelecidas pelo MDS enquanto eixo estruturante do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Diante do exposto, os dados mostram que a monografia em tela, assume significativa relevância e impacto social para política de combate ao trabalho infantil, na medida em que se propõe a responder as demandas de capacitação a serem apontadas pelos atores sociais envolvidos com a citada política, tornando-os aptos para enfrentarem as complexas e múltiplas representações da questão social do trabalho infantil no Rio Grande do Norte.

O objetivo geral deste Curso de Formação Continuada é formar uma equipe de Técnicos de Referência, Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficina, comprometidos com a qualidade dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, retirados do trabalho infantil. favorecendo através da EAD o desenvolvimento de profissionais comprometidos com a gestão e a construção de uma proposta pedagógica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI nos municípios do RN, Proporcionando a construção de competências básicas para o desenvolvimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no âmbito dos municípios, Estimulando a socialização das ações desenvolvidas, visando a formação de uma rede de informação e de referência para os

municípios e Contribuir para o processo de efetivação da intersetorialidade no âmbito municipal;

A estrutura do Curso foi adaptada para EAD se configurando conforme se mostra a seguir, considerando que o estudo em EaD é fundamentado na capacidade que o aluno tem de se organizar com autonomia diante do processo de apropriação e domínio dos conteúdos, direcionados por sua motivação, interesse pessoal e profissional.

As características do Curso de Formação continuada para os Profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI/RN em EAD são as seguintes:

- a. O período de ambientação dos recursos tecnológicos a serem utilizados pelos discentes será de duas semanas antes de iniciar o curso, onde os mesmos terão oportunidade de realizarem tarefas básicas no AVA, de forma a aprender usar o moodle (postando tarefas, baixando arquivos, arrumando perfil, participando de fórum, wiki e etc.)
- b. O conteúdo do curso está estruturado em 2 (dois) módulos constituídos de textos e atividades;
- c. As aulas terão uma carga horária presencial obrigatória prevista em cronograma, por cada pólo, conforme a divisão das regiões;
- d. A avaliação final do curso será presencial, prevista em cronograma, em cada pólo de acordo com o local das aulas presenciais;
- e. O curso terá três momentos presenciais obrigatório, o momento da abertura e o início do módulo 1, no segundo momento terá avaliação do módulo anterior e início do módulo 2, e o terceiro momento terá avaliação do módulo anterior e a avaliação final do curso e o encerramento do curso;
- f. Os textos serão configurados no processo dialógico, com o objetivo de proporcionar a interlocução permanente com os leitores, de forma a assegurar a leitura e a análise compreensiva e crítica do material didático;
- g. O curso iniciará com atividades de ambientação no AVA/Moodle da EGRN;
- h. O curso terá apoio tutorial mediante comunicação on-line no AVA/Moodlie, por correio eletrônico através do pr@tico e telefone. Os participantes receberão informações sobre o nome do seu tutor e formas de contato ainda na etapa de ambientação.

A proposta de avaliação definida para a formação continuada dos profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no âmbito deste Projeto, adota uma

concepção nas duas dimensões como preconiza os Referenciais de qualidade para educação superior a distância do Ministério da Educação (2007). a) a que diz respeito ao processo de aprendizagem; e b) a que se refere à avaliação institucional.

Na educação a distância, o modelo de avaliação da aprendizagem deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos. Para tanto, esta avaliação deve comportar um processo contínuo, para verificar constantemente o progresso dos profissionais(cursistas) e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento.

No que se refere a avaliação da instituição, a condução da avaliação institucional deve facilitar o processo de discussão e análise entre os participantes, divulgando a cultura de avaliação, fornecendo elementos metodológicos e agregando valor às diversas atividades do curso e da instituição como um todo.

Considerando-se que a sociedade atual se caracteriza por uma expansão nas formas de comunicação e no uso das tecnologias, exigindo uma diversidade de conhecimentos e uma participação ativa e constante dos sujeitos que nela atuam, a reflexão que se impõe no campo da formação continuada gira em torno de competências que inserem a prática profissional nesse novo contexto.

Nessa perspectiva, a avaliação permeará todo o processo de capacitação, tanto presencial quanto a distância, no projeto de formação, sendo aplicada nas várias situações de aprendizagem do curso, e terá como referência os princípios metodológicos da ação-reflexão-ação, do aprender fazendo e da resolução de problemas.

Dessa forma, serão priorizadas a capacidade de aplicação de conceitos, as estratégias utilizadas pelos profissionais em sua prática diária e a capacidade de articular, concomitantemente, teoria e prática. A avaliação será portanto, de caráter diagnóstico, formativo e somativo.

O caráter diagnóstico da avaliação permitirá identificar os saberes prévios dos profissionais(cursistas), como também servirá de subsidio na organização do trabalho das atividades do projeto de formação continuada. Quanto ao caráter formativo de avaliação, este propiciará o desenvolvimento contínuo e dinâmico das aprendizagens e competências construídas no percurso, além de favorecer o conhecimento da necessidade de redimensionar ou não as ações pedagógicas ao longo do processo. Finalmente, o caráter somativo servirá para aferir, em cada módulo e no conjunto, o aproveitamento do profissional(cursista).

A autoavaliação também será sistematicamente exercida no desenvolvimento do Projeto de formação continuada, mediante critérios previamente elaborados e discutidos com

os tutores do curso, objetivando oportunizar ao cursista a reflexão da sua formação para aperfeiçoar o desempenho da competência profissional.

Assim sendo, será sistematicamente orientado e avaliado pelos tutores, devendo refletir, no processo, os avanços e as limitações do profissional(cursista) no percurso de sua formação; não esquecendo, porém, que tudo isso implica em um processo contínuo de acompanhamento em que o cursista deverá ser considerado um ser em constante transformação, que modifica a sua forma de ver,e agir sobre o mundo em que vive e consegue superar a visão burocrática, quantitativa e classificatória de sucesso ou de fracasso, valorizando as aprendizagem significativas.

Desse modo, o sistema de avaliação pretende fornecer instrumentos necessários para assegurar o desenvolvimento tanto quantitativo quanto qualitativo do Projeto de formação continuada a distância para os profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, garantindo a melhoria e o sucesso dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos no Estado do Rio Grande do Norte.

- Organização dos procedimentos de Avaliação

A proposta normativa de avaliação do Projeto de Formação continuada para os profissionais do PETI, para a verificação do rendimento do cursista compreenderá a avaliação da aprendizagem e a apuração da frequência nas atividades presenciais programadas no curso.

- Da Frequencia

- Para obtenção do Certificado, o cursista deverá participar em, no mínimo, 75% das atividades presenciais.

- Da Verificação da Aprendizagem

A verificação da aprendizagem do Projeto de formação continuada a distância para os profissionais do PETI terá a finalidade de identificar as dificuldades do cursista e ajustá-las durante o processo. Acompanhada pelo tutor, compreenderá:

- ✓ No início: avaliação diagnóstica
- ✓ No processo: avaliação formativa e somativa
- ✓ No final: Avaliação somativa – resultado geral do aproveitamento do cursista.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presente trabalho visou apresentar uma proposta de Curso de Capacitação na modalidade a distância para os Técnicos de Referência, Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficina do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no Estado do Rio Grande do Norte, a partir das novas orientações da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS.

Assim, como nos outros capítulos estudados neste trabalho, vimos que o foco maior para a EaD é o que se refere a gestão de pessoas (mais especificamente capacitação continuada). No caso da Assistência Social, a EaD é capaz de solucionar um problema identificado como crítico: a falta de capacitação de seu corpo funcional. Além de trazer benefícios não só para a própria Secretaria, como para as prefeituras (redução de custos e servidores melhor capacitados), mas para a sociedade Norte Riograndense com melhoria na qualidade dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, além do atendimento e disseminação de seus direitos e deveres.

Conforme foi apresentado nesse trabalho, a prática das ações de capacitação dos servidores e colaboradores, no âmbito da Assistência Social sempre apresentou importantes desafios em atender as necessidades do público-alvo, decorrentes da dispersão geográfica de seus pólos (municípios), dos altos custos envolvidos na capacitação presencial.

A ausência de uma política articulada de desenvolvimento dos profissionais no contexto do Sistema Único de Assistência Social – SUAS nos municípios do RN, sinalizou uma carência de alinhamento e integração dessas ações e de articulação com os gestores da Assistência Social. Não existia sinergia entre as gestões municipais e a gestão estadual quanto ao desenvolvimento dos profissionais.

A partir desse cenário foi elaborada uma proposta de Curso de Capacitação, com foco em educação continuada, com a utilização da metodologia de Educação a Distância, buscando - com baixo custo e agilidade – resgatar, valorizar e desenvolver os profissionais diretamente ou indiretamente participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

A EaD na área da Assistência Social foi pensada com o propósito maior de promover a formação continuada dos Técnicos de Referência, Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficina, com qualidade e abrangência estadual, visando o constante aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e, conseqüentemente, a melhoria do atendimento as crianças e adolescentes retiradas do trabalho infantil, tendo como referencial a observância dos objetivos estratégicos definidos na proposta de capacitação.

Assim, em instituições como na área da Educação, Saúde, Segurança, a EaD na Assistência Social, embora insipiente, também irá trazer resultados positivos para o Estado (redução de custos, ampliação do número de oportunidades de capacitação, atualização rápida do conhecimento, etc). A EaD é, portanto, considerada uma ferramenta capaz de solucionar a deficiência de capacitação em nossa área.

Mas, a EaD não se restringe apenas a essa possibilidade dentro da Assistência Social. Ela permitirá alcançar os municípios e sistematizar o conhecimento sobre SUAS - hoje ainda não realizado.

Apesar da consciência dos gestores quanto a EaD ser considerada uma ferramenta de suma importância, ela ainda não está institucionalizada na Assistência Social.

Fatores como resistência de alguns servidores/empregados e de alguns gestores, dificuldade em negociações para obtenção de recursos financeiros e humanos, os trâmites burocráticos, dentre outros são tidos por responsáveis pela não institucionalização da EaD na Assistência Social até o momento.

Contudo, fazendo uma análise mais profunda da dimensão da Assistência Social e seus muitos problemas a serem administrados, percebe-se que não existe por parte dos gestores uma indiferença para com a EaD. Pelo contrário, existe um senso comum quanto a sua importância e sua real facilitação no processo de capacitação, principalmente no que se refere à gestão de pessoas.

Nesse contexto, destaca-se as dificuldades relativas aos custos financeiros em adaptar o material impresso (Cadernos de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos e o Caderno de Orientações Técnicas para Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS) para EaD.

Cabe acrescentar ainda, que esse Projeto na modalidade a distância, necessita de profissionais capacitados para exercer a função de tutoria nas diversas turmas que serão formadas, porém a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS, na gestão do SUAS a nível de Estado, não dispõe no seu quadro funcional de pessoal, profissionais capacitados e suficiente para exercer tais funções.

Considere-se, entretanto, que apesar de todas as dificuldades apontadas, a Proposta de Capacitação em estudo, não representa um fim em si mesma, podendo ser lida, discutida e ampliada para os demais profissionais da área da Assistência Social no Estado do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – Resolução nº 130, de 15 de Julho de 2005, publicada no DOU em Julho de 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – Resolução nº 145, de 15 de Outubro de 2004, publicada no DOU de 28 de Outubro de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – Resolução CIT nº 7, de 10 de Setembro de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009, publicada no DOU em 25 de Novembro de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – **NOB-RH/SUAS**, Brasília/DF, 2006.,

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O fim do trabalho infantil: Um objetivo ao nosso alcance** – Brasília: OIT, 2006.

KASSOUF, A. L. **Trabalho Infantil no Brasil**. Tese de Livre docência. ESALQ/USP, Piracicaba, SP. 1999.

COSTA, A. C. G. da. **Sócio-Educação – Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa**; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – SETHAS/FUNDAC. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8.069/1990. Natal, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos** Prioridade para crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Brasília/DF, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS**, Brasília/DF, 2010

LANDIM, Cláudia M. **Educação à distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: edição própria, 1997.

APÊNDICE

**Curso de Formação continuada para os Profissionais do
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI/RN na
modalidade a distância**

GUIA DIDÁTICO

Formação continuada a distância para os Profissionais do PETI do Rio Grande do Norte

1. APRESENTAÇÃO

O Presente documento refere-se à proposta de formação continuada para os profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI na modalidade a distância dos 162 Municípios do Rio Grande do Norte que executam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.

O que se pretende é propiciar aos Técnicos de Referência, Orientadores Sociais e Facilitadores de oficina, o domínio das competências necessárias ao novo perfil da proposta do programa em âmbito nacional.

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), iniciou-se o processo de reordenamento da gestão da Assistência Social em todo Brasil, tendo como instrumento norteador a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), aprovada pela Resolução nº. 130, de 15 de julho de 2005.

A partir de então, os serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social, inclusive o PETI, passam a ser regulados, organizados e avaliados com base nos eixos estruturantes do SUAS. As ações da Assistência Social não se realizará mais de forma isolada, mas articulada, na perspectiva da formação de uma rede de proteção socioassistencial.

À luz desses princípios e diretrizes do SUAS elaboramos o Projeto que ora apresentamos. O nosso propósito é que sejam estabelecidos os procedimentos necessários à melhoria da gestão e operacionalização do PETI nos municípios do Rio Grande do Norte, considerando, não somente, a legislação atual e os processos operacionais já adotados, como também, a realidade concreta da oferta de assistência de cada município, apreendida por meio de experiências já vivenciadas.

Para elaboração deste Projeto, buscamos a devida orientação nos principais documentos norteadores do SUAS, a saber: Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, que acorda procedimentos para a gestão integrada dos serviços, benefícios socioassistenciais e transferências de renda para o atendimento de indivíduos e famílias beneficiárias do PBF, PETI e BPC e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, na qual, se traduz a concepção de que o

enfrentamento ao trabalho infantil, na Política de Assistência Social, dar-se-á, também, por meio de Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, desenvolvidos de forma articulada entre si, criando assim uma sinergia.

Ancorado nessas fontes, dentre outras, tem-se a expectativa que o Projeto em referência, forneça subsídios para a formação continuada dos profissionais envolvidos com o Programa de Erradicação do trabalho Infantil, no que tange ao aprimoramento do referido programa no Rio Grande do Norte.

As demais atividades serão elaboradas posteriormente de acordo com a implantação e implementação da proposta.

2. OBJETIVOS

2.1 - Objetivo geral

- Formar uma equipe de Técnicos de Referência, Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficina, comprometidos com a qualidade dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, retirados do trabalho infantil.

2.2 - Específicos

- Favorecer através da ead o desenvolvimento de profissionais comprometidos com a gestão e a construção de uma proposta pedagógica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI nos municípios do RN;
- Proporcionar a construção de competências básicas para o desenvolvimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no âmbito dos municípios;
- Estimular a socialização das ações desenvolvidas, visando a formação de uma rede de informação e de referência para os municípios;
- Contribuir para o processo de efetivação da intersetorialidade no âmbito municipal;

3. PROGRAMA

A proposta do curso de Formação continuada para os profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –PETI, na modalidade a distância, com carga horária de 100 horas, distribuídas em 3(três) meses incluindo a conclusão do trabalho final, estruturado da seguinte forma:

	EMENTA	CARGA HORÁRIA
MÓDULO 1: Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS	Unidade 1. Trabalho Infantil	1ª Semana – Unidade1 10 h Tarefa 1 - Com base no estudo sobre TI, organize uma planilha contendo pelo menos 05 tipos de trabalho infantil, as causas e as consequências que o mesmo pode trazer para crianças e adolescentes do seu município. Tarefa 2 – Após estudo anterior elabore uma proposta para combater e erradicar os tipos de trabalho infantil existentes no seu município.
	Unidade 2. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS	2ª Semana – Unidade 2 20 h Tarefa 1 – Debate virtual... Tarefa 2 – Escrita colaborativa...
	Unidade 3. Procedimentos Operacionais do PETI no SUAS	3ª Semana – Unidade 3 15 h Tarefa 1 - Ler e refletir... Tarefa 2 - Participar do fórum...
	Unidade 1. Proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais e violação de direitos	4ª Semana – Unidade 1 2 h Tarefa 1 - Elaborar uma resenha sobre... Tarefa 2 - Debate virtual...
	Unidade 2. O contexto do trabalho infantil	5ª Semana – Unidade 2 5 h Tarefa 1 - Tarefa 2 -

MÓDULO 2: Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos	Unidade 3. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	6ª Semana – Unidade 3 10 h Tarefa 1 - Tarefa 2 - ...
	Unidade 4. Organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	7ª Semana – Unidade 4 8 h Tarefa 1 - Tarefa 2 - ...
	Unidade 5. Eixos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos	8ª Semana – Unidade 5 5 h Tarefa 1 - Tarefa 2 - ...
	Unidade 6. Temas	9ª Semana – Unidade 6 5 h Tarefa 1 - Tarefa 2 - ...
	Unidade 7. Formação dos Grupos	10ª Semana – Unidade 7 3 h Tarefa 1 - Tarefa 2 - ...
	Unidade 8. Sugestões para o trabalho com grupos	11ª Semana – Unidade 8 2 h Tarefa 1 - Tarefa 2 - ...
	Unidade 9. Planejamento participativo	12ª Semana – Unidade 9 5 h Tarefa 1 - Tarefa 2 - ...
	Unidade 10. Algumas sugestões para o trabalho dos orientadores sociais e facilitadores de oficina	13ª Semana – Unidade 10 5 h Tarefa 1 - Tarefa 2 - ...
	Unidade 11. Garantia das seguranças afiançadas pela PNAS(2004)	14ª Semana – Unidade 11 3 h Tarefa 1 - Tarefa 2 - ...
	Unidade 12. Resultados esperados	15ª Semana – Unidade 12 2 h Tarefa 1 - Tarefa 2 - ...

1º módulo – 3 unidades que serão trabalhadas durante 3 semanas, totalizando um percentual entre 10 e 15 horas semanais perfazendo um total de 45 h.

2º módulo – 12 unidades que serão trabalhadas durante 12 semanas, variando a carga horária entre 2 a 10 h semanais perfazendo um total de 55 h.

4. METODOLOGIA

Considerando que o estudo em EaD é fundamentado na capacidade que o aluno tem de se organizar com autonomia diante do processo de apropriação e domínio dos conteúdos, direcionados por sua motivação, interesse pessoal e profissional.

As características do Curso de Formação continuada para os Profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI/RN em EaD são as seguintes:

- i. O conteúdo do curso está estruturado em 2(dois) módulos constituídos de textos e atividades;
- j. As aulas terão uma carga horária presencial obrigatória prevista em cronograma, por cada pólo, conforme a divisão das regiões;
- k. A avaliação final do curso será presencial, prevista em cronograma, em cada pólo de acordo com o local das aulas presenciais;
- l. O curso terá três momentos presenciais obrigatório, o momento da abertura e o início do módulo 1, no segundo momento terá avaliação do módulo anterior e início do módulo 2, e o terceiro momento terá avaliação do módulo anterior e a avaliação final do curso e o encerramento do curso;
- m. Os textos serão configurados no processo dialógico, com o objetivo de proporcionar a interlocução permanente com os leitores, de forma a assegurar a leitura e a análise compreensiva e crítica do material didático;
- n. O curso iniciará com atividades de ambientação no AVA/Moodle da EGRN;
- o. O curso terá apoio tutorial mediante comunicação on-line no AVA/Moodle, por correio eletrônico através do prático, telefone. Os participantes receberão informações sobre o nome do seu tutor e formas de contato ainda na etapa de ambientação.

5. EMENTA DO CURSO

		EMENTA	CARGA HORÁRIA
		<p>Unidade 1. Trabalho Infantil</p> <p>Unidade 2. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS</p> <p>Unidade 3. Procedimentos Operacionais do PETI no SUAS</p>	45 h
E S T R U T U R A	<p>MÓDULO 1: Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS</p>		
	<p>MÓDULO 2: Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos</p>	<p>Unidade 1. Proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais e violação de direitos</p> <p>Unidade 2. O contexto do trabalho infantil</p> <p>Unidade 3. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</p> <p>Unidade 4. Organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</p> <p>Unidade 5. Eixos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos</p> <p>Unidade 6. Temas</p> <p>Unidade 7. Formação dos Grupos</p> <p>Unidade 8. Sugestões para o trabalho com grupos</p> <p>Unidade 9. Planejamento participativo</p> <p>Unidade 10. Algumas sugestões para o trabalho dos orientadores sociais e</p>	55 h
M O D U L A R			

		facilitadores de oficina	
		Unidade 11. Garantia das seguranças afiançadas pela PNAS(2004)	
		Unidade 12. Resultados esperados	

6. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

PROJETO:

- ✓ Projeto de Formação Continuada para os Profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI/RN na Modalidade à Distância

FINANCIAMENTO:

- ✓ Governo do Estado do Rio Grande do Norte

ÓRGÃO PROMOTOR:

- ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS

CURSO:

- ✓ Curso à distância para profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, em nível de formação, compreendendo uma carga horária de 45 horas/aulas destinados ao primeiro módulo e 55 horas/aula ao segundo módulo, perfazendo um total de 100 horas/aula incluindo o trabalho final do curso.

ÓRGÃO EXECUTOR:

- ✓ Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte
- ✓ Equipe Executora: serão 2(dois) Coordenadores, sendo um Coordenador geral do Curso e um Coordenador de Tutoria e 16 Tutores

CARACTERIZAÇÃO DO CURSO:

Inscrição:

- ✓ Cópia do diploma de nível médio e/ou superior
- ✓ Xerox da identidade
- ✓ Xerox do contra-cheque

PERÍODO DE DURAÇÃO:

- ✓ 3 meses

CARGA HORÁRIA:

- ✓ O Curso atingirá uma carga horária total de 100 horas

TIPO:

- ✓ Formação Continuada

ÁREA DE CONHECIMENTO:

- ✓ Assistência Social

CAMPO TEMÁTICO:

- ✓ Gestão do SUAS/Enfrentamento ao Trabalho Infantil

MODALIDADE DO CURSO:

- ✓ À distância, com acompanhamento tutorial

NÚMERO DE VAGAS:

- ✓ 1.509 para Orientadores Sociais
- ✓ 209 para Técnicos de Referência
- ✓ 162 Facilitadores de Oficina
- ✓ Total de 1.880

NÚMERO DE TURMAS:

- ✓ 16 turmas no 1º mês
- ✓ 16 turmas no 2º mês
- ✓ 15 turmas no 3º mês
- ✓ Perfazendo um total de 47 turmas de 40 alunos

PÚBLICO ALVO:

- ✓ Técnicos de Referência do CRAS, Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficina do PETI no RN

ABRANGÊNCIA:

- ✓ 100% dos Municípios que tem PETI no RN

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO:

- ✓ Para tanto, o Projeto em referência, será realizado em seis polos, quais sejam:

- **Polo I** – Grande Natal, Mato Grande e Litoral Norte
Município sede – Natal
- **Polo II** – Agreste I e II
Município sede – Natal
- **Polo III** – Trairi e Central Potengi
Município sede – Santa Cruz
- **Polo IV** – Seridó
Município sede – Caicó
- **Polo V** - Alto e Médio Oeste
Município sede – Portalegre
- **Polo VI** – Oeste e Vale do Açu
Município sede – Mossoró

CERTIFICAÇÃO:

- ✓ Certificações serão fornecidas pela Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte e SETHAS

REQUISITOS NECESSÁRIOS À CERTIFICAÇÃO:

- ✓ Ter obtido média mínima final igual ou superior a 7.0(sete)
- ✓ Ter participado de, no mínimo, 75% das atividades presenciais

7.PROGRAMA DO CURSO

O Curso está dividido em dois módulos, cada módulo aborda orientações acerca do desenvolvimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, sendo que, um aborda a gestão e outro as orientações dos serviços, a saber:

- Módulo 1 – Orientações Técnicas para a Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS;
- Módulo 2 – Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos.

MÓDULO 1**Tema 1: Trabalho Infantil**

Objetivos:

1. Possibilitar a reflexão das considerações gerais sobre trabalho infantil no Brasil e seu respectivo conceito;
2. Identificar as causas, consequências e tipos de Trabalho Infantil no contexto Brasileiro;

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como finalidade discutir e problematizar, inicialmente, as considerações gerais sobre o Trabalho Infantil, quais são os vários conceitos as causas, consequências e tipos de trabalho infantil no contexto Brasileiro, refletindo sobre a questão do trabalho infantil no seu município.

Carga Horária:
10 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;
- Chat

Tema 2: O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS

Objetivos:

1. Conhecer a Fundamentação legal e gênese do PETI, destacando os Marcos Legais, Aspectos Históricos e Integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil com o Programa Bolsa Família;
2. Socializar pesquisas sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no âmbito Nacional;
3. Contextualizar o PETI no SUAS, relacionando-o com a Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de acordo com o Protocolo de Gestão Integrada dos Serviços, Benefícios e Transferência de renda;
4. Destacar a Gestão intergovernamental do PETI no âmbito do SUAS;
5. Abordar o papel das comissões de prevenção e erradicação do trabalho infantil;
6. Incentivar a articulação intersetorial do PETI no enfrentamento ao trabalho infantil, com a política de Educação, Esporte e Cultura, Saúde, Desenvolvimento Agrário, fazendo interfaces com as ações do Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho;
7. Fortalecer o controle social do PETI;
8. Identificar o financiamento do PETI;
9. Apresentar os sistemas informatizados de apoio ao desenvolvimento do PETI: CadÚnico, SIBEC, SICON e SISPETI.

Descrição:

Esse módulo, no segundo tema tem como objetivos discutir e problematizar toda a Gestão do PETI no contexto do SUAS, possibilitando aos profissionais envolvidos com o enfrentamento ao trabalho infantil, as várias formas de articulação para a melhoria da qualidade do serviço ofertado nos municípios, a importância das comissões no controle social.

Carga Horária:

20 h

Recursos Didáticos:

- Leituras dirigidas;
- Fóruns de discussão;
- Leituras complementares;
- Chats
- Vídeos-aula

Tema 3: Procedimentos Operacionais do PETI no SUAS

Objetivos:

1. Aderir a Organização e funcionamento do Programa;
2. Mobilizar e sensibilizar para prevenção e enfrentamento do Trabalho Infantil;
3. Localizar, identificar e encaminhar para registro no CadÚnico crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho infantil, garantindo acesso aos direitos e acompanhamento familiar, como a transferência de renda e inserção no SCFV.

4. Orientar sobre a gestão da informação e apresentar os fluxos de ações para o enfrentamento ao trabalho infantil;
5. Esclarecer os procedimentos de desligamento da família do PETI e o cancelamento do PETI no município.

Descrição:

Esse módulo, no terceiro tema tem como objetivos discutir e problematizar toda a organização e funcionamento do PETI, a gestão da informação, localização identificação e encaminhamentos, conhecendo todo o fluxo de ações para o enfrentamento do trabalho infantil, potencializando as ações no âmbito municipal, aprimorando assim a qualidade da oferta dos serviços.

Carga Horária:

15 h

Recursos Didáticos:

- Leituras dirigidas;
- Fóruns de discussão;
- Leituras complementares;
- Chats
- Vídeos-aula

MÓDULO 2

Tema 1: Proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais e violação de direitos

Objetivos:

1. Compreender os fenômenos vulnerabilidade e risco em segmentos específicos, reconhecendo que as crianças e adolescentes são segmentos etários mais vulneráveis;

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:

2 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;

Tema 2: O contexto do Trabalho Infantil

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:

5 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;
- Reflexão

Tema 3: O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:

10 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;
- Chat

Tema 4: Organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:
10 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;
- Chat
- Glossário

Tema 5: Eixos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:
5 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;
- Chat

Tema 6: Temas

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:

5 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;
- Chat

Tema 7: Formação dos Grupos

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:

3 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;

Tema 8: Sugestões para o trabalho com grupos

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:

2 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;

Tema 9: Planejamento Participativo

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:

5 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;
- Wiki

Tema 10: Algumas sugestões para o trabalho dos orientadores sociais e facilitadores de oficina

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:

5 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;
- Chat

Tema 11: Garantia das seguranças afiançadas pela PNAS(2004)

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:

3 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;
- Leitura complementar;

Tema 12: Resultados esperados

Objetivos:

- 1.
- 2.

Descrição:

Esse Módulo, no primeiro tema tem como objetivo discutir e problematizar,

Carga Horária:

2 h

Recursos Didáticos:

- Leitura dirigida;
- Fórum de discussão;

8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A proposta de avaliação definida para a formação continuada dos profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no âmbito deste Projeto, adota uma concepção nas duas dimensões como preconiza os Referenciais de qualidade para educação superior a distância do Ministério da Educação (2007). a) a que diz respeito ao processo de aprendizagem; e b) a que se refere à avaliação institucional.

Na educação a distância, o modelo de avaliação da aprendizagem deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos. Para tanto, esta avaliação deve comportar um processo contínuo, para verificar constantemente o progresso dos profissionais(cursistas) e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento.

No que se refere a avaliação da instituição, a condução da avaliação institucional deve facilitar o processo de discussão e análise entre os participantes, divulgando a cultura de avaliação, fornecendo elementos metodológicos e agregando valor às diversas atividades do curso e da instituição como um todo.

Considerando-se que a sociedade atual se caracteriza por uma expansão nas formas de comunicação e no uso das tecnologias, exigindo uma diversidade de conhecimentos e uma participação ativa e constante dos sujeitos que nela atuam, a reflexão que se impõe no campo da formação continuada gira em torno de competências que inserem a prática profissional nesse novo contexto.

Nessa perspectiva, a avaliação permeará todo o processo de capacitação, tanto presencial quanto a distância, no projeto de formação, sendo aplicada nas várias situações de aprendizagem do curso, e terá como referência os princípios metodológicos da ação-reflexão-ação, do aprender fazendo e da resolução de problemas.

Dessa forma, serão priorizadas a capacidade de aplicação de conceitos, as estratégias utilizadas pelos profissionais em sua prática diária e a capacidade de articular, concomitantemente, teoria e prática. A avaliação será portanto, de caráter diagnóstico, formativo e somativo.

O caráter diagnóstico da avaliação permitirá identificar os saberes prévios dos profissionais(cursistas), como também servirá de subsidio na organização do trabalho das atividades do projeto de formação continuada. Quanto ao caráter formativo de avaliação, este propiciará o desenvolvimento contínuo e dinâmico das aprendizagens e competências construídas no percurso, além de favorecer o conhecimento da necessidade de redimensionar

ou não as ações pedagógicas ao longo do processo. Finalmente, o caráter somativo servirá para aferir, em cada módulo e no conjunto, o aproveitamento do profissional(cursista).

A autoavaliação também será sistematicamente exercida no desenvolvimento do Projeto de formação continuada, mediante critérios previamente elaborados e discutidos com os tutores do curso, objetivando oportunizar ao cursista a reflexão da sua formação para aperfeiçoar o desempenho da competência profissional.

Assim sendo, será sistematicamente orientado e avaliado pelos tutores, devendo refletir, no processo, os avanços e as limitações do profissional(cursista) no percurso de sua formação; não esquecendo, porém, que tudo isso implica em um processo contínuo de acompanhamento em que o cursista deverá ser considerado um ser em constante transformação, que modifica a sua forma de ver,e agir sobre o mundo em que vive e consegue superar a visão burocrática, quantitativa e classificatória de sucesso ou de fracasso, valorizando as aprendizagem significativas.

Desse modo, o sistema de avaliação pretende fornecer instrumentos necessários para assegurar o desenvolvimento tanto quantitativo quanto qualitativo do Projeto de formação continuada a distância para os profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, garantindo a melhoria e o sucesso dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos no Estado do Rio Grande do Norte.

5.4.1 Organização dos procedimentos de Avaliação

A proposta normativa de avaliação do Projeto de Formação continuada para os profissionais do PETI, para a verificação do rendimento do cursista compreenderá a avaliação da aprendizagem e a apuração da frequência nas atividades presenciais programadas no curso.

- Da Frequencia

- Para obtenção do Certificado, o cursista deverá participar em, no mínimo, 75% das atividades presenciais.

- Da Verificação da Aprendizagem

A verificação da aprendizagem do Projeto de formação continuada a distância para os profissionais do PETI terá a finalidade de identificar as dificuldades do cursista e ajustá-las durante o processo. Acompanhada pelo tutor, compreenderá:

- ✓ No início: avaliação diagnóstica
- ✓ No processo: avaliação formativa e somativa
- ✓ No final: Avaliação somativa – resultado geral do aproveitamento do cursista.